

190
298

OPINIAO

Educação indígena — Escolas Ticunas

MARCELO E. MACEDO

O convite para acompanhar a primeira etapa do curso de formação em segundo grau de professores ticunas bilíngües partiu da Coordenação de Educação Indígena, da Secretaria de Ensino Fundamental, órgão no qual encontro-me lotado, e combinou-se com o projeto de elaboração de sistemas de acompanhamento das políticas de educação fundamental que estamos desenvolvendo. Nesse sentido, conhecer as características desses cursos de formação, principal ação que o MEC vem apoiando nessa área, seria fundamental para a elaboração de instrumentos de acompanhamento dos mesmos.

O movimento de entrada e saída de barcos no maltratado "porto" de Benjamin Constant é grande. Apesar disso, o município, assim como os outros da região, não conserva mais a pujança econômica do auge da extração da madeira.

Diante desse contexto sócio-político, circulam pela feira caboclos, habitantes das pequenas cidades e algumas vilas ribeirinhas, e índios ticunas, em busca de utensílios que a mata não lhes oferece. Basicamente por meio da "roça" e da pesca, o povo ticuna, após vitoriosa luta pela demarcação de suas terras, vive uma vida humilde, tranqüila, e sem a ameaça da fome.

Apesar dos cerca de trezentos anos de contato com o homem branco, o índio ticuna consegue, de forma admirável, preservar a sua cultura. O faz principalmente pela língua materna e pela organização social. Entre ticunas, mesmo quando da presença de brancos em maior número, só se fala a língua ticuna. O casamento, salvo raros acidentes de percurso, só é permitido com membros da outra meta-clânica. Tais aspectos da vida ticuna, e apesar das características absor-

vidas pelo contato com os brancos, fazem com que essa etnia tenha enorme orgulho e senso de preservação próprios, o que emociona aqueles que como eles acreditam que a vida deve ser, acima de tudo, simples e alegre.

A vida simples e alegre dos ticunas passa por um momento delicado devido à provável realização de um concurso público que regulariza a situação profissional dos funcionários das Prefeituras do Estado do Amazonas contratados em caráter provisório, como é o caso dos professores índios. O temor desses profissionais e daqueles que acreditam que os professores das escolas indígenas devem ser os próprios índios, pois essa seria a melhor forma para a preservação da diversidade étnica, é que estes sejam aliçados da concorrência pública pela exigência de formação em segundo grau ou pelo tipo de prova que poderá vir a ser elaborado. Além do pequeno interesse dos políticos locais pela causa indígena, pesa a pressão exercida pelos professores brancos da região que, formados em magistério, já aceitariam trabalhar em aldeias, dadas as dificuldades em conseguir um emprego nas cidades.

Após conviver durante alguns dias entre os ticunas, estou convencido de que, caso a maior parte dos professores das escolas indígenas da região venham a ser brancos, estará decretado o fim da cultura ticuna. Além da grande perda que isso representaria para o Brasil e para a humanidade, dado que os ticunas constituem hoje a maior etnia indígena do país — cerca de 26.000 índios — os consequentes prejuízos para o meio ambiente dessa região seriam incalculáveis.

Diante dessa possibilidade, torna-se imprescindível a mobilização da sociedade civil e das autoridades competentes no sentido de exigir dessas prefeituras que a lei municipal que determinará a criação das vagas para professores das escolas indígenas respeite os preceitos constitu-

nais e da nova LDB — Lei de Diretrizes e Bases da Educação — no que se refere a essa matéria. Tais preceitos — exemplarmente respeitados pelo Estado do Acre na recente realização de um concurso público para professores de escolas indígenas — indicam que a língua materna dos povos indígenas deve ser preservada, assim como os seus próprios processos de aprendizagem. Por esse último preceito, entende-se que o professor da escola indígena, para ser efetivamente contratado pelo estado, deve possuir experiência de trabalho nesse tipo de educação.

Pesa ainda contra os índios o argumento de que a lei federal que institui o Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério determina, dentro do prazo de cinco anos, a extinção da figura do professor leigo. Não obstante, caso a política de educação indígena do Ministério da Educação e do Desporto priorize a formação de professores índios até essa data, é perfeitamente viável a formação em segundo grau da grande maioria de índios que hoje atuam como professores leigos.

O melhor exemplo dessa possibilidade é o sucesso que vem sendo obtido pelo curso de formação de professores índios que tive a oportunidade de acompanhar. Promovido pela Organização Geral dos Professores Ticuna Bilíngües (OGPTB) — apoiado pelo MEC, pela Funai, e por uma agência holandesa o curso vem reunindo há três anos, nos períodos de férias letivas, cerca de 200 professores índios que lecionam nas 86 escolas ticunas. Tendo a grande maioria, por meio do mesmo, já terminado o primeiro grau, inicia-se agora a formação em segundo grau, prevista para encerrar-se daqui a dois anos e meio. Coordenado por Jussara Grober, que há 20 anos trabalha com os ticunas, e ministrado por especialistas de diversas universidades do Brasil, o curso possui uma grade curricular

que, além de procurar atender aos requisitos das secretarias de Educação do estado e dos municípios, inclui disciplinas como Antropologia, Filosofia, Psicologia e outras, as quais contribuem para uma melhor compreensão por parte dos índios sobre as suas próprias especificidades.

A dedicação e a vontade de aprender dos alunos é o que mais impressiona. Apesar do caráter intensivo do curso, a atenção às explicações é máxima. Após um ano ausente das salas de aula, o reencontro com o Magistério não poderia ter sido mais agradável e dignificante, já que aproveitei dois horários (um em cada turma) gentilmente concedidos pelo professor de Língua Portuguesa para informar índios sobre os diversos programas que vêm sendo desenvolvidos pelo MEC.

O único problema grave identificado na estrutura do curso é o tamanho das turmas — cerca de 85 alunos em cada uma das duas turmas — o que impede um tratamento personalizado. Caso os órgãos financiadores ampliassem o seu apoio, poderiam ser contratados mais professores e abertas mais turmas; inclusive com centrais de treinamento em distintos municípios da região, o que facilitaria a vida dos alunos, que na maioria das vezes têm que abandonar suas aldeias por até dois meses devido às longas distâncias até o local do curso (os professores ficam em alojamentos no próprio centro de treinamento).

Outro obstáculo que a educação ticuna vem enfrentando refere-se à regularização do curso de formação junto aos órgãos municipais e estaduais competentes. A falta de interesse e, portanto, apoio à educação indígena, expressa-se principalmente na morosidade desse processo de reconhecimento do curso promovido pela OGPTB.

(*) Especialista em políticas públicas e gestão governamental, em exercício na Secretaria de Educação Fundamental.

12